Ana Paula Corrêa Patiño

**INTERVENÇÃO ESTATAL NO EXERCÍCIO DA
AUTORIDADE FAMILIAR**

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Titular Doutor Álvaro Villaça Azevedo

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2012

Ana Paula Corrêa Patiño

**INTERVENÇÃO ESTATAL NO EXERCÍCIO DA
AUTORIDADE FAMILIAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção
do título de Doutora em Direito – Área de
Concentração: Direito Civil.

Orientador: Prof. Titular Doutor Álvaro Villaça Azevedo

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2012

RESUMO

A família é a base da sociedade, conforme expressa disposição contida na Constituição Federal de 1988, que lhe assegura especial proteção do Estado. É o núcleo familiar a menor e mais íntima célula social, mas também o mais importante agrupamento de pessoas que têm entre si uma profunda relação afetiva e de solidariedade. Tão importantes são os laços de afetividade que unem os familiares que a lei lhes atribui valor e eficácia jurídica.

Dentro do núcleo familiar, as crianças e adolescentes que contam com menos de 18 anos de idade, são consideradas mais vulneráveis e, por tal motivo, recebem proteção especial, ainda mais específica do Estado. A Constituição Federal lhes assegura vários direitos e garantias fundamentais, confirmados e reiterados no Código Civil, no Estatuto da Criança e do Adolescente e, até mesmo em leis infraconstitucionais esparsas. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal. O Estado, por sua vez, diante da importância que os menores têm dentro da família e para nossa sociedade, impõe aos pais a autoridade familiar, delegando a eles a enorme responsabilidade de dirigir a criação e educação dos filhos, entre outras funções tão igualmente importantes. Entretanto, ao mesmo tempo que atribui a função da autoridade familiar aos pais, o Estado também lhes retira a liberdade de exercer tal autoridade com autonomia. A intervenção estatal no exercício da autoridade familiar é, por certo, legítima e devida, tendo em vista a segurança e o bem estar das crianças e dos adolescentes. Os abusos na direção da criação e educação dos filhos podem e devem ser coibidos pelo poder estatal, a quem incumbe cuidar da segurança de todos os indivíduos. A excessiva intervenção estatal, porém, é ilegítima, podendo gerar consequências desastrosas nas relações familiares e na criação dos filhos. Ao esvaziar a autoridade familiar o Estado torna mais difícil ainda a função de disciplinar e exigir obediência dos filhos. O Estado deve ser atuante e efetivamente intervir no exercício da autoridade familiar da maneira como faz atualmente, apenas para fiscalizar e coibir eventuais abusos, mas não deve retirar a autoridade dos pais, sob pena de não conseguir conter os abusos eventualmente cometidos pelos próprios menores, demasiadamente protegidos. O Projeto de lei nº 7672/2010, em trâmite na Câmara dos Deputados, que pretende alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, para coibir a aplicação de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante pelos pais na criação e educação dos filhos, conhecido como Lei da Palmada, é um exemplo da intervenção indevida do Estado nas

relações familiares. A obrigatoriedade de matricular os filhos no ensino fundamental, submetendo-os à educação formal, impedindo que os próprios pais ofereçam a educação doméstica também é outro exemplo de intervenção estatal indevida. Deve-se buscar um equilíbrio para que os pais possam livremente criar e educar seus filhos sem abusos e que o Estado possa fiscalizar o exercício da função a eles atribuída, sem intervir diretamente na autoridade familiar.

Palavras chave: Autoridade familiar – Autoridade parental – Intervenção estatal – Dever correcional – Dever de educar

ABSTRACT

Society is founded on families. In an explicit provision of the 1988 Constitution, the law ensures that the State safeguards families. While a family may be characterized as the smallest and most intimate social cell, it is also the most important gathering of people, sharing a deep and emotional relationship, as well as solidarity. These ties of affection that bond families together are so important that the law grants them value and legal efficacy. Within the family, children and adolescents who are under 18 years old are considered to be the most vulnerable and, therefore, receive special protection, secured by specific rules. The Federal Constitution thus ensures that various fundamental rights and guarantees are provided to them, something that is reaffirmed in the Civil Code, in the Statute of Children and Adolescents, and even in sparse legislation. It is the duty of the family, the society and the State to make sure that children and adolescents come first when it comes to the fundamental rights established in the Constitution. Taking into account the importance that children have within the family and within society, the State delegates "family authority" to parents, the enormous responsibility to guide the upbringing and education of children, among other functions as equally important. However, while assigning such role to parents, the State also withdraws them the freedom to exercise this authority with complete autonomy. Aiming at guaranteeing the safety and welfare of children and adolescents, government intervention in the exercise of family authority is thus legitimate and appropriate. Abuses carried out by parents while raising and educating their children can and should be restrained by the State, who is ultimately responsible for caring for the safety of all individuals. Excessive state intervention, however, is illegitimate, and can generate disastrous consequences for family relationships and parenting. When the government empties family authority, it may turn the task of disciplining children into something more difficult than it already is. It is our belief that the State must actively intervene in the exercise of family authority, monitoring and curbing abuses, but it must do so in a way that does not withdraw the authority of parents, or it will fail to control abuses eventually committed by children and adolescents themselves, overly protected. Draft Law No. 7672/2010, currently awaiting approval from the House of Representatives, seeks to amend the Statute of Children and Adolescents. If passed, the Statute would forbid parents to use any kind of punishment that may be deemed cruel or degrading treatment, while upbringing and educating their children. Widely known as the "Spanking Statute", this is a clear example of undue

state intervention in family relationships. Another provision that we question here is the obligation to enroll children in elementary school, subjecting them to formal education, and preventing home schooling. We must seek balance so that parents may freely raise and educate their children. And while the State must be allowed to scrutinize the proper exercise of parenting, it must not do so in a way that directly affects and undermines family authority.

RIASSUNTO

La famiglia è la base della società, conforme l'espressa disposizione contenuta nella Costituzione Federale del 1988, che gli conferisce una speciale protezione dello Stato. Il nucleo familiare è la minore e più intima cellula sociale, ma anche la più importante concentrazione di persone nella quale al suo interno esiste una profonda relazione affettiva e di solidarietà. Tanto importante sono le relazioni di affettività che uniscono i familiari che la legge gli attribuisce un valore e un'efficacia giuridica. All'interno del nucleo familiare, i bambini e gli adolescenti che hanno meno di diciotto anni d'età, sono considerati i più vulnerabili e, per questo motivo, ricevono una speciale protezione dello Stato. La Costituzione Federale gli assicura molteplici diritti e garanzie fondamentali, confermati e reiterati nel Codice Civile, nello Statuto del Bambino e Adolescente e perfino nelle leggi infra-costituzionali sparse. È dovere della famiglia, della società e dello Stato assicurare al bambino e all'adolescente, con assoluta priorità, i diritti fondamentali stabiliti nella Costituzione Federale. Lo Stato, a sua volta, davanti all'importanza che i minori hanno dentro la famiglia e per la nostra società, impone ai genitori l'autorità familiare, delegando a loro l'enorme responsabilità di condurre l'educazione dei figli, dentro ad altre funzioni ugualmente importanti. Per tanto, allo stesso tempo nel quale è conferita ai genitori la funzione di autorità familiare, lo Stato gli toglie anche la libertà di esercitare tale autorità con autonomia. L'intervenzione statale nell'esercizio dell'autorità familiare è certamente legittima e dovuta, avendo come obiettivo la sicurezza e il benessere dei bambini e degli adolescenti. Gli abusi nell'educazione dei figli possono e devono essere ostacolati dal potere statale, da chi ha l'obbligo di prendersi cura della sicurezza di tutti gli individui. L'eccessiva intervento statale, però è illegittima, perché può generare conseguenze disastrose nelle relazioni familiari e nell'educazione dei figli. Nello svuotare l'autorità familiare, lo Stato rende ancora più difficile la funzione di disciplinare e esigere l'obbedienza dei figli. Lo Stato deve essere attuante e realmente deve intervenire nell'esercizio dell'autorità familiare nel modo di come lo sta facendo attualmente, solo per controllare e inibire eventuali abusi, ma non deve togliere l'autorità ai genitori, con il rischio di non riuscire a contenere gli abusi eventualmente commessi dai propri minori, troppo protetti. Il Progetto di legge n° 7672/2010, in andamento nella Camera dei Deputati, che ha la pretesa di cambiare lo Statuto del Bambino e dell'Adolescente, per limitare l'applicazione dei castighi corporali o del trattamento crudele o degradante dei genitori

nell'educazione dei figli, conosciuto come Legge dello Schiaffo, è un esempio d'intervento indebito dello Stato nelle relazioni familiari. L'obbligatorietà di iscrivere i figli alla scuola fondamentale, sottomettendoli all'educazione formale, impedendo che gli stessi genitori offrano un'educazione domestica, ciò è pure un altro esempio d'intervenzione statale indebita. Si deve cercare un equilibrio affinché i genitori possano liberamente educare i propri figli, senza abusi e che lo Stato possa controllare l'esercizio della funzione attribuita ai genitori stessi, senza intervenire direttamente nell'autorità familiare.

INTRODUÇÃO

A família, base da sociedade, tem sofrido mudanças profundas e impactantes, transformando por completo as relações entre pais e filhos e a própria maneira de criá-los e educá-los.

O antigo pátrio poder que, em Roma beirava a tirania e durava a vida inteira do *pater familias*, deu lugar a uma relação igualitária de autoridade familiar, na qual o próprio menor tornou-se o protagonista de sua criação e educação, tendo cada vez mais direitos e garantias fundamentais.

Os filhos subservientes, reprimidos, que não tinham nenhuma participação ativa na vida familiar deram lugar aos filhos contestadores, exigentes, atuantes, que muitas vezes acabam por determinar o caminho a ser trilhado pela família.

Os antigos pais autoritários que não levavam em consideração a vontade dos filhos menores foram substituídos pelos pais que atualmente não tomam decisões importantes sem avaliar o interesse dos filhos, muitas vezes primordial para suas escolhas.

A evolução da família, de acordo com as mudanças nas relações entre os familiares, demonstra que a perda do poder dos pais sobre os bens e sobre a pessoa dos filhos é inversamente proporcional à intervenção estatal na família, notadamente com relação às suas formas de constituição e ao exercício da autoridade familiar.

A família romana completamente dependente do soberano *pater familias* hoje é uma família disciplinada pelas leis, cada vez mais controlada pelo Estado. Até mesmo o termo utilizado para designar este múnus que abrange a criação dos filhos foi alterado.

O modelo familiar antigo está superado e a proliferação de novas famílias, denominadas famílias recompostas, com padrastos, madrastas, enteados, irmãos unilaterais vivendo todos sob o mesmo teto, é hoje uma realidade.

Assim sendo, a educação e criação de menores fica, muitas vezes, a cargo de pessoas que não são incumbidas da autoridade familiar, mas que acabam, de fato, exercendo essa função. A lei, no entanto, é omissa a respeito deste fato social, silenciando sobre as relações entre padrastos e enteados, no tocante à autoridade familiar.

Apesar de omissa em diversos aspectos, a lei é bastante abrangente quando limita a autonomia privada dos pais no exercício da autoridade familiar, mais especificamente quando impede determinadas práticas e quando impõe outras.

A pessoa que exerce o encargo de criação e educação dos filhos vê-se, então, numa situação complicada, pois, de um lado tem sua atuação limitada pelo Estado e de outro, filhos cada vez mais exigentes e sem limites. Muitos são os pais que se sentem de mãos atadas na realização cada vez mais árdua da tarefa de educar os filhos.

O Estado, por sua vez, tem manifestado a tendência de limitar cada vez mais essa autonomia dos pais. As intervenções estatais presentes na Constituição Federal, no Código Penal e na legislação extravagante (notadamente na lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha) serão objeto de estudo.

Será analisado, também, especificamente, o Projeto de Lei nº 2726/2010 (Lei da Palmada) que contém a proposta de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o intuito de proibir a aplicação de castigos físicos aos filhos, como método de correção, inclusive no que diz respeito à experiência estrangeira, em alguns países onde leis semelhantes já são aplicadas.

A ideia de educar formalmente os filhos em casa, substituindo a educação oferecida pelo Estado, cuja prática já é conhecida e usual em outros países está começando a tomar vulto no Brasil. Já há algumas poucas batalhas judiciais a este respeito. O chamado *homeschooling*, apesar de não permitido expressamente também será objeto de estudo, inclusive para que seja formulada uma proposta de regulamentação de sua prática.

Não há dúvida de que o autoritarismo e exercício arbitrário da autoridade familiar não condizem com o atual estágio de desenvolvimento

humano e social, mas a intervenção estatal deve conhecer limites, a fim de evitar a supressão da autonomia privada na livre criação dos filhos, de acordo com alteridade e as diferentes crenças de cada um.

Este trabalho pretende questionar a legitimidade estatal para determinadas intervenções e a autonomia dos pais para exercer com liberdade o encargo de criar os filhos.

Ao final, será apresentada uma proposta legislativa para disciplinar a autoridade familiar, abrangendo seus aspectos pessoais e patrimoniais, mencionando outras pessoas legitimadas a exercer o poder familiar em cooperação aos genitores, além do gradativo abrandamento dessa autoridade familiar de acordo com o amadurecimento dos filhos menores.

CONCLUSÃO

A necessidade de proteção e sobrevivência uniu os seres humanos em agrupamentos que, inicialmente, pareciam pequenos Estados, com regras e interesses próprios. Os pequenos agrupamentos fortaleceram os laços que uniam seus participantes, movidos pelo mesmo ideal, qual seja o instinto de sobrevivência. A medida que o homem dominou determinados instrumentos otimizando seu tempo, pode dedicar-se mais a si mesmo e a descobrir e cultivar relações de amor e de afeto.

Sob o aspecto jurídico os agrupamentos familiares são interessantes para se analisar como são estabelecidas as relações de poder e o estabelecimento das regras disciplinadoras do grupo.

A família romana, bastante peculiar, que, de fato, serve de base para entender a família que se apresenta hoje, girava em torno do poder exercido por apenas um só homem, o *pater familias*.

Esse poder era exercido sobre todas as pessoas da família, além dos escravos e de todo patrimônio familiar.

O *pater familias*, ancestral masculino mais idoso, também exercia as funções de sacerdote da família, que estava intimamente ligada à religião, mantendo o fogo sagrado e cultuando seus antepassados.

Com relação ao poder exercido sobre os integrantes da família, nota-se a semelhança da família romana com um pequeno Estado autônomo, livre para criar e seguir suas próprias regras.

A *patria potestas* era exercida de maneira despótica, autoritária e soberana. As pessoas submetidas a tal poder não adquiriam capacidade jurídica enquanto o *pater familias* fosse vivo, passando boa parte ou a vida inteira em completo estado de submissão.

Também a família grega tinha uma estrutura semelhante, mas o poder exercido pelo chefe da família era muito mais brando e tinha duração temporal pré-determinada.

Com o advento do Cristianismo as relações despóticas entre pais e filhos foram gradativamente se humanizando.

No Brasil o resquício da *patria potestas* ainda perdurou durante algum tempo, tendo o pátrio poder espelhado a sociedade patriarcal e individualista do século XX.

O pai era considerado o chefe da família e a submissão dos filhos e da esposa lembravam em muitos aspectos a família romana.

A transformação das relações entre pais e filhos e a própria maneira de criá-los e educá-los foi bastante lenta e gradual, tendo acompanhando a evolução social e histórica do próprio ser humano.

O reconhecimento dos direitos da mulher, da criança e do adolescente foi determinante para o estabelecimento de uma relação igualitária dentro da família.

Convenções internacionais reconheceram e tutelaram os direitos das crianças e dos adolescentes, inspirando a legislação nacional. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco na família. Ao mesmo tempo que ampliava a autonomia privada no tocante ao modo de constituição e manutenção da família também responsabilizava os pais, acabando com as diferentes classes que filhos que ainda havia à época, fossem eles fruto de união matrimonial ou não.

Com mais autonomia e liberdade no estabelecimento e na manutenção da família, o amor e não mais o casamento passou a ser o fator de união preponderante entre os familiares.

Houve uma nítida personalização do Direito em geral e do Direito de Família especificamente, passando o ser humano o centro de interesse a ser tutelado e protegido e não mais a família simplesmente.

O agrupamento passou a ser protegido e defendido como um instrumento para a realização pessoal de seus integrantes e não mais como um fim em si mesmo.

Nesse cenário jurídico de mudança, o pátrio poder sofreu alterações profundas, que foram sentidas também na maneira pela qual pais e filhos passaram a se relacionar.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, dois anos após a mudança constitucional, lançou luz às crianças e adolescentes, sujeitos merecedores de proteção especial do Estado.

O pátrio poder já não poderia ser exercido apenas pelo pai, diante do princípio da igualdade, passando a ser exercido em igualdade de condições com a mãe, que, no âmbito doméstico já exercia, de fato, tal múnus público.

Também não havia como falar em poder, pois o múnus estabelecia um complexo de direitos e deveres dos pais para com os filhos, caracterizando um poder-dever.

A rápida transformação social fez com que o pátrio poder passasse a ser entendido como um dever dos pais, como uma função a ser exercida no interesse dos filhos menores.

O advento do Código Civil em 2002 alterou a nomenclatura desta função para adequação ao princípio constitucional da igualdade, consagrando o termo poder familiar.

Combatido por grande parte da doutrina, fala-se hoje em autoridade parental, tendo em vista que a relação em ter pai e filho coaduna-se muito melhor com essa nomenclatura.

A utilização do vocábulo parental, no entanto, é equivocada, pois relega a segundo plano os demais familiares que, de fato participam da criação e educação dos menores.

Famílias recompostas são uma realidade e acabaram por legitimar o exercício da autoridade familiar por outras pessoa que não os pais dos menores.

Quando são abordados alguns aspectos pessoais da autoridade familiar, nota-se a intervenção do Estado nas íntimas, privadas e domésticas relações entre pais e filhos.

O Estado certamente tem legitimidade para regular a vida dos particulares, mas até para a intervenção estatal há limites.

Tratando-se de relações familiares, no âmbito do direito privado, a intervenção estatal somente se justifica para “garanti liberdade e felicidade e, jamais poderia atingir este desiderato através de ingerências na família”¹.

É atribuído aos detentores da autoridade familiar o dever de dirigir a criação e educação dos filhos menores, consubstanciada na obrigação de transmitir aos menores os valores fundamentais para a formação de seu caráter.

Para tal mister é necessário que o filho reconheça e obedeça a autoridade familiar.

O dever correccional atribuído aos pais tem a finalidade de estabelecer a disciplina e a obediência para que a função da autoridade familiar possa ser satisfatoriamente cumprida, inclusive com a aplicação de castigos corporais, desde que moderados, aos filhos menores.

Como houve abusos por parte de muitos pais na aplicação destes castigos, foi apresentado o Projeto de Lei nº 7672/2010, visando coibir o uso dos castigos corporais na educação dos filhos.

Por limitar a autonomia privada dos pais na criação dos filhos, a intervenção estatal, por meio desta alteração legislativa afigura-se indevida e ilegítima.

¹ OLIVEIRA, José Sebastião de. *Fundamentos constitucionais do direito de família*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 281.

O Estado não pode enfraquecer a autoridade dos pais, quando bem intencionada e direcionada ao superior interesse da criança, que nem sempre será apenas proporcionar felicidade e alegria.

Outra intromissão estatal indevida ocorre a medida que os pais são obrigados a matricular os filhos na rede pública ou privada de ensino.

A educação domiciliar, que já é uma realidade em outros países ainda engatinha no Brasil, mas deveria ser garantida, em razão do dever de educar consistir também em direito dos pais em educar seus filhos, segundo suas próprias convicções.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Teoria de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. 4. ed. Tomo II, Rio de Janeiro: Forense, 1986.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. *Código das famílias comentado*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

ARANGIO-RUIZ, Vicente. *Historia del derecho romano*. 2.ed. Madrid: Editorial Reus, 1999.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*, in Aristóteles (II). São Paulo: Abril, 1984.

AZARA. Antonio e EULA, Ernesto. *Novissimo digesto italiano*, vol. VII, 3.ed. Torino: Unione Tipografica-Editrice Torino, 1957.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana*. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, n. 797, p. 11-26, Março 2002.

BARBOSA, Rogério Monteiro. PEREIRA, Wellington. . *O poder familiar e a legitimidade da educação domiciliar: uma necessária releitura da autonomia privada no marco do Estado Democrático de Direito*. in: *Direito Civil: Atualidades IV - teoria e prática no direito privado*. Organizadores FIUZA, César. SÁ. Maria de Fátima Freire de. NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BASTOS, Eliene Ferreira e DIAS, Maria Berenice. *A família além dos mitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BEVILAQUA, Clovis. *Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*, vol. II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

_____, Clovis. *Direito da família*. São Paulo: Livraria Editora Freitas Bastos, 1943.

BOBBIO, Norberto. *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant*. São Paulo: Editora Mandarim, 2000.

_____. *Locke e o direito natural*. trad. De Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BONFANTE, Pietro. *Istituzioni di diritto romano*. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1987.

BOULOS, Kátia. *Da guarda “com-parte-ilhada” à guarda compartilhada: novos rumos e desafios*. in *Grandes temas de direito de família e sucessões*. Coord. Regina Beatriz Tavares da Silva e Theodureto de Almeida Camargo Neto, São Paulo: Saraiva, 2011.

BUEREN, Geraldine Van. *The international law on the rights of the child*. Leiden: Brill Academic Publisher, 1998, p. 12.

BURDESE, Alberto. *Manuale di diritto privato romano*. 4.ed. Torino: Utet, 1993.

CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. *Direito romano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia., 1914.

CANARIS, Claus- Wilhelm. *Direitos fundamentais e direito privado*. trad. Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 5.ed. Coimbra: Almedina, 2002.

CARLUCCI, Aída Kemelmajer de e CABANA, Roberto M. López. *Derechos y garantías em el siglo XXI*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1999.

CARREJO, Simón. *Derecho civil*, tomo I, Bogotá: Temis, 1972.

CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito civil: direito de família*. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CARVALHO FILHO, Milton Paulo de. *Código civil comentado*. Coordenador Cezar Peluso. 6.ed. Barueri: Manole, 2012.

CASTRO, Francisco de Asís Serrano. *Relaciones paterno-filiales*. Madrid: El Derecho, 2010.

CATALANO, Pierangelo. *Diritto e persone*. Torino: G. Giappichelli Editore, 1990.

CIFUENTES, Santos. *Derechos personalísimos*. 2.ed. Buenos Aires: Astrea, 1995.

COELHO de SOUZA, Ivone Maria Cândido. *Parentalidade – análise psicojurídica*. Curitiba: Juruá, 2009.

COMEL, Denise Damo. *Do poder familiar*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 2. ed.. São Paulo: Saraiva, 2001.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. trad. Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975.

CORNU, Gérard. *Droit civil la famille*. Paris: Éditions Montchrestien, 1984.

COSTA, Fernando José e COSTA JUNIOR, Paulo José da. *Código penal comentado*. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CRETELLA Jr., José. *Curso de direito romano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

_____. *Direito romano moderno*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CUNHA PEREIRA, Rodrigo da. *Princípios fundamentais norteadores para o direito de família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

DELLORE, Maria Beatriz Pennachi. *Convenção dos direitos da criança* (1989), in *Direito internacional dos direitos humanos: instrumentos básicos*. Coord. Guilherme Assis de Almeida e Cláudia Perrone-Moisés. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1981.

DE PLÁCIDO E SILVA. Vocabulário Jurídico. 2. ed. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

DIAS, Maria Berenice e CUNHA PEREIRA, Rodrigo da. *Direito de família e o novo código civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro, v. 5; direito de família*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUARTE, Nestor. *Código civil comentado*. Coordenador Cezar Peluso. 6.ed. Barueri: Manole, 2012.

DUFOUR. Alfred. *Autorité maritale et autorité paternelle dans l'école Du droit naturel moderne*. Archives de philosophie du droit, Paris, t.20, 1975.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIAS, Roberto João. *Comentários ao estatuto da criança e do adolescente*. 4.ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Direitos fundamentais da criança e do adolescente*. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Pátrio poder*. São Paulo: Saraiva, 1999.

ESPINOLA, Eduardo. *A família no direito civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Gazeta Judiciária Editora S.A., 1954.

FACHIN, Luiz Edson. *Comentários ao novo código civil. Do direito de família. Do direito pessoal. Das relações de parentesco*. Vol. XVII, Coordenado por Sávio de Figueiredo Feitosa. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Manual de Direito Civil*. vol. 1, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1966.

_____. *Enciclopédia saraiva do direito*, vols.14, 64 e 65, São Paulo: Saraiva, 1981.

FREITAS, Augusto Teixeira de. *Código civil - esboço*. v. II, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Documentação, 1952.

_____. *Vocabulário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1983.

FRÓES, Oswaldo. *Direito romano*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil- Direito de família, as famílias em perspectiva constitucional*. V. 6, 2.ed.. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Função social no direito civil*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Princípios constitucionais de direito de família*. São Paulo: Atlas, 2008.

GAMA, Ricardo Rodrigues. *Teoria geral do direito familiar*. Campinas: Russel, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed.. São Paulo: Atlas, 1999.

GLANZ, Semy. *A família mutante*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

GLOTZ, Gustave. *A cidade grega*. São Paulo: Difel, 1980.

GONÇALVES, Carlos Alberto. *Direito civil brasileiro – direito de família*. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES. Luiz da Cunha. *Princípios de direito civil luso-brasileiro, vol. III Direito de família –direito das sucessões*. São Paulo: Max Limonad, 1951.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Dicionário de direito de família*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito e responsabilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HOUAISS, A. e VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. reimpressão, Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JÖRS, Paul e KUNKEL, Wolfgang. *Derecho romano privado*. Ted. L. Prietro Castro. Barcelona: Editorial Labor, 1937.

JOSSERAND, Louis. *Derecho civil, la familia*. Tomo I, vol. II. Buenos Aires: Bosch y Cia-Editores, 1952.

JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Novo código civil e legislação extravagante*. Atualizado até 15.03.2002. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

KELSEN, Hans. *A justiça e o direito natural*. Coimbra: Armênio Amado-Editor, Sucessor, 1979.

LEAGE, R. W. *Romam private law founded on the institutes of Gaius and Justinian*. London: Macmillian and Co., 1932.

LIMA FILHO, Acacio Vaz de. *O poder na antiguidade: aspectos históricos e jurídicos*. São Paulo: Ícone, 1999.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil*, vol. 1. 2.ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Código civil comentado*. Coordenado por Álvaro Villaça Azevedo, vol. XVI, São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Famílias*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *A família enquanto estrutura de afeto*. in *A família além dos mitos*. coordenado por Eliene Ferreira Bastos e Maria Berenice Dias. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

_____. *Do poder familiar*. In *O direito de família e o novo código civil*. Coordenado por Maria Berenice Dias e Rodrigo da Cunha Pereira, 3.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LOTUFO, Renan. *Direito civil constitucional*, São Paulo: Malheiros, 2002.

MADALENO, Rolf. *Novos horizontes no direito de família*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Novas modalidades de família na pós-modernidade*. São Paulo: Atlas, 2010.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. *Código civil comentado*. Coordenado por Álvaro Villaça Azevedo, vol. III, São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, Suzana Oliveira. *Princípio de direito de família e guarda dos filhos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MAYNZ, Charles. *Cours de droit romain*. Tomo III, 4.ed. Bruxelles: Bruylant-Christophe & Cie, 1877.

MAZEAUD, Henri. _____, Léon. _____, Jean. *Leçons de droit civil*, Tome.I, 5.ed. Paris: Éditions Montchrestien, 1972.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal*. vol.2. 6.ed.. São Paulo: Atlas, 1992.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de direito privado*. 2.ed., tomo IX, Rio de Janeiro: Borsoi, 1956.

_____. *Tratado de direito privado*. 3.ed., tomo LIII, Rio de Janeiro: Borsoi, 1972.

_____. *Democracia, liberdade, igualdade os três caminhos*. atualizador Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2002.

MONTEIRO, Washington de Barros, *Curso de direito civil, v. 2: direito de família*. 39. ed. atualiz. por. Regina Beatriz Tavares da Silva. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 12.ed.. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Direitos humanos fundamentais*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NADER, Paulo. *Curso de direito civil – direito de família*, vol. 5. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1932.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. *Lições de história do direito*. 15. ed, Rio de Janeiro: Forense, 2009.

NETO, Caetano Lagastra. *Direito de família – a família brasileira no final do século XX*. São Paulo: Malheiros, 2000.

NEVES, Murilo Sechieri Costa. *Direito civil, direito de família*, vol.5. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. e MUNIZ, Francisco José Ferreira, *Direito de família*. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2002.

OLIVEIRA, José Sebastião de. *Fundamentos constitucionais do direito de família*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PELUSO, Antonio Cezar. *Os direitos humanos da família, criança e adolescente*. In *Direitos humanos – Visões contemporâneas*. Publicação especial em comemoração aos 10 anos de fundação da Associação juízes para a democracia. 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de direito romano*, 4.ed. Rio de Janeiro: Haddad Editor, 1960.

PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PETRI, Maria José Constantino. *O direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária: responsabilidade da família, da comunidade e do Estado*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

QUEIROZ ASSIS, Olney e FREITAS, Márcia. *Tratado do direito de família*. São Paulo: Primeira Impressão, 2007.

RÁO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. vol. I., 2.ed.. São Paulo: Resenha Universitária, 1976.

REIS, Selma Negrão Pereira dos. *Questões de direito civil e o novo código*. São Paulo. Ministério Público. Procuradoria Geral da Justiça: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira da. *Introdução ao direito de família*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ROCHA, Marco Tulio de Carvalho. *O conceito de família e suas implicações jurídicas: teoria sociojurídica do direito de família*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil - direito de família*. atualiz. por Francisco José Cahali vol. 6, 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RODRIGUES, Paulo Daher. *O dever jurídico de agir*. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 318, p. 325-328, Abril-Maio-Junho 1992.

ROSA, Alcides. *Noções de direito civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1945.

ROUAST, André. *Traité pratique de droit civil français, tome II La famille*. 2.ed, par PLANIOL, Marcel e RIPERT, Goerges, Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

RUGGIERO, Roberto de. *Instituições de Direito Civil, direito de família, direitos reais e posse*. Vol. II, trad, Dr. Ary dos Santos, 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SICHES, Luis Recasens. *Filosofia del derecho*. 15. ed. Mexico DF: Porrúa, 2001.

SIMÃO, José Fernando. *Responsabilidade civil do incapaz*. São Paulo: Atlas, 2008.

SIMÃO, José Fernando e TARTUCE, Flávio. *Direito civil – direito de família*. v.5, 3.ed. São Paulo: Método, 2008.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

SILVA, Marcos Alves da. *Do pátrio poder à autoridade parental: repensando fundamentos jurídicos da relação entre pais e filhos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SOUSA, Eliane Ferreira de. *Direito à educação: requisito para o desenvolvimento do País*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Lilian Castro de. *Direito previdenciário*, vol. 27. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TALAMANCA, Mario. *Istituzioni di diritto romano*. Milano: Dott. A. Giuffré, 1990.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. *Família, guarda e autoridade parental*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado e RODRIGUES, Renata de Lima. *O direito das famílias entre a norma e a realidade*. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado e RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. *Manual de direito das famílias e das sucessões*. 2.ed. Belo Horizonte: DelRey, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. *A parte geral do novo código civil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. *A tutela constitucional da criança e do adolescente: projeções civis e estatutárias. in Direito de família no novo milênio: estudos em homenagem ao professor Álvaro Villaça Azevedo*. Coordenadores: SIMÃO, José Fernando. FUJITA, Jorge Shiguemitsu. CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. ZUCCHI, Maria Cristina. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *A tutela jurídica da filiação: aspectos constitucionais e estatutários, in Estatuto da criança e do adolescente – estudos sócios-jurídicos*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

VACCARI, Pietro. *Novissimo digesto italiano*. Diretto da Antonio Azara e Ernesto Eula. 3. Ed. Torino: Unione Tipografico – Editrice Torinese, 1957.

VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. e NICOLAU, Gustavo Rene. Código civil comentado: das pessoas e dos bens: artigos 1º a 103, vol. I. São Paulo, Atlas, 2007.

VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. *Estatuto da família de fato*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Bem de família*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. *Prisão civil por dívida*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. *Dever de coabitação: inadimplemento*. 2.ed.São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Comentários ao código civil – do bem de família; da união estável; da tutela e da curatela.*, vol. 19, São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Anotações sobre o novo Código Civil. *Revista do advogado*, AASP nº 68, dez. 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Parte geral*. vol. I, 12.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Direito de família*. vol. VI, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Código civil interpretado*. São Paulo: Atlas, 2010.

VEZZONI, Marina. *Outras medidas provisionais: da guarda, posse provisória de filhos e regulamentação do direito de visita in Processo cautelar: estudos avançados*. VEZZONI, Marina e COSTA MACHADO, Antônio Cláudio (organizadores). Barueri: Manole, 2010.

WALD, Arnoldo. *O novo direito de família*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

WELTER, Belmiro Pedro, *Teoria tridimensional do direito de família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ZANNONI, Eduardo A..*Derecho civil, derecho de familia*. Tomo 2, 2.ed. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1993.